



Praca dos Deputados  
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021**  
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 150/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Leo de Brito (PT/AC), aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 06/07/2021.

Sala da Comissão, 06 de julho de 2021.

**Deputado Aureo Ribeiro**  
Presidente





## ANEXO

### REQUERIMENTO Nº 150 , DE 2021

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

Solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

### JUSTIFICAÇÃO

Em 25 de junho, o Antagonista1, divulgou que o Presidente Bolsonaro voltou a criticar o Supremo em entrevista à imprensa durante inauguração em Sorocaba. afirmou: “Tornaram o Lula elegível para quê? Para elegê-lo presidente na fraude”. Depois, voltou a defender o voto impresso.

O Presidente continuou: “é por isso que quero o voto auditável. Se o Congresso promulgar o voto auditável, teremos voto auditável e ponto final. Por que seria inconstitucional uma PEC dessa? Se o Congresso promulgar teremos voto impresso no ano que vem. Os R\$ 2 bilhões, já falei para o Paulo Guedes, está garantido”.





Percebe-se que o discurso do Presidente contra a legitimidade das urnas eletrônicas vem se intensificando. Desde 2018, ele alega que foi vítima de fraude na eleição, o que teria lhe tirado a vitória no primeiro turno. Mas nunca apresentou nenhuma prova a respeito.

Em janeiro, um dia depois à invasão do Capitólio por militantes de extrema-direita estimulados pelo ex-presidente Donald Trump, Bolsonaro disse a apoiadores que a falta de confiança nas eleições americanas levou "a este problema que está acontecendo lá" (a invasão violenta, que deixou 5 mortos) e que, no Brasil, "se tivermos voto eletrônico" em 2022, "vai ser a mesma coisa" ou "vamos ter problema pior que nos Estados Unidos".

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e especialistas avaliam que, na prática, a adoção do novo modelo de urna com impressão do voto é que pode aumentar o risco de fraude. Na avaliação da coordenadora da Transparência Eleitoral Brasil, Ana Claudia Santano<sup>2</sup>, o debate sobre adoção do comprovante é legítimo, mas não está claro "da forma que estão fazendo, se essa é uma demanda da população ou se está sendo usado para construir um discurso político" que coloque em xeque os resultados das próximas eleições.

Ocorre que diferentemente das urnas eletrônicas, o comprovante permite a recontagem. Segundo Santano, "a partir do momento que eu aumento a chance de judicialização, eu também transfiro a última palavra, que deveria ser do povo, das urnas, para o Poder Judiciário. A partir do momento em que a gente coloca um mecanismo que permite recontagem, basta ver em ambientes polarizados, que os perdedores não costumam aceitar o resultado prejudicial a eles no primeiro momento. É claro que eles vão pedir recontagem".

Por todo o exposto, tendo em vista que se trata de discurso contra a legitimidade das urnas eletrônicas no Brasil, faz-se necessário a busca de mais informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni para que esclareça quais as intenções do retorno ao sistema eleitoral impresso no país.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2021.





Câmara dos Deputados  
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

**Deputado LEO DE BRITO (PT/AC)**

Apresentação: 12/07/2021 12:36 - Mesa

**RIC n.932/2021**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aurélio Ribeiro  
Praca dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, sala 163-A, Pavimento Superior  
Brasília - DF - CEP 70.160-900  
Para verificar a assinatura, acesse <http://infoleg.br/assim/assimacao/camara-deputados/CD218025053700>  
Telefone: (61) 3216-6674/6673 - [cfrc.decom@camara.leg.br](mailto:cfrc.decom@camara.leg.br)



\*CD218025053700\*